

FLÁVIO TARTUCE

DIREITO CIVIL

DIREITO DAS COISAS



10.^a edição

Revista, atualizada e ampliada



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2018 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896

faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).
- A Editora Forense passou a publicar esta obra a partir da 8.ª edição.

- Capa: Danilo Oliveira

Foto: Oliver Sved/Shutterstock

- Fechamento desta edição: 07.11.2017

- CIP – Brasil. Catalogação na fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

Tartuce, Flávio

Direito civil, v. 4 : Direito das Coisas / Flávio Tartuce. – 10. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2017.

Bibliografia

ISBN 978-85-309-7792-4

1. Direitos reais - Brasil. I. Tartuce, Flávio. II. Título. III. Título: Direito das coisas.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS COISAS	1
1.1 Conceito de Direito das Coisas. A questão terminológica.....	1
1.2 Conceito de direitos reais. Teorias justificadoras e caracteres. Análise preliminar do art. 1.225 do CC	5
1.3 Diferenças entre os direitos reais e os direitos pessoais patrimoniais	15
1.4 O Direito das Coisas e a Constituição Federal. Primeiras noções a respeito da função social da propriedade	19
1.5 Resumo esquemático	26
1.6 Questões correlatas.....	27
Gabarito.....	29
2. DA POSSE.....	31
2.1 Conceito de posse e teorias justificadoras. A função social da posse. A detenção.....	31
2.2 Principais classificações da posse	42
2.2.1 Classificação quanto à relação pessoa-coisa ou quanto ao desdobramento	43
2.2.2 Classificação quanto à presença de vícios	44
2.2.3 Classificação quanto à boa-fé.....	48
2.2.4 Classificação quanto à presença de título.....	53
2.2.5 Classificação quanto ao tempo	54
2.2.6 Classificação quanto aos efeitos.....	56
2.3 Efeitos materiais da posse.....	56
2.3.1 A percepção dos frutos e suas consequências.....	56
2.3.2 A indenização e a retenção das benfeitorias	59

2.3.3	As responsabilidades.....	66
2.3.4	O direito à usucapião	67
2.4	Efeitos processuais da posse.....	68
2.4.1	A faculdade de invocar os interditos possessórios.....	70
2.4.2	A possibilidade de ingresso de outras ações possessórias.....	87
2.4.2.1	Da ação de nunciação de obra nova ou embargo de obra nova. A ausência do seu tratamento específico no Código de Processo Civil de 2015	87
2.4.2.2	Da ação de dano infecto.....	90
2.4.2.3	Dos embargos de terceiro	91
2.4.2.4	Da ação de imissão de posse.....	95
2.4.2.5	Da ação publiciana.....	96
2.4.3	As faculdades da legítima defesa da posse e do desforço imediato.....	96
2.5	Formas de aquisição, transmissão e perda da posse	100
2.6	Composse ou compossessão	105
2.7	Resumo esquemático	107
2.8	Questões correlatas.....	109
	Gabarito.....	119
3.	DA PROPRIEDADE.....	121
3.1	Conceito de propriedade e de direito de propriedade. Direitos e faculdades dela decorrentes.....	121
3.2	Disposições preliminares relativas à propriedade constantes do Código Civil de 2002. Suas principais limitações. A função social da propriedade. Aprofundamentos necessários	138
3.3	Principais características do direito de propriedade	150
3.4	A desapropriação judicial privada por posse-trabalho e a função social da propriedade. Análise do caso da <i>Favela Pullman</i> (STJ). Semelhanças e diferenças.....	151
3.4.1	Estudo da desapropriação judicial privada por posse-trabalho (art. 1.228, §§ 4.º e 5.º, do CC).....	151
3.4.2	As tentativas de orientação da desapropriação judicial privada por posse-trabalho, pelos Enunciados aprovados nas <i>Jornadas de Direito Civil</i> , do Conselho da Justiça Federal e do Superior Tribunal de Justiça.....	154
3.4.3	O caso da <i>Favela Pullman</i> e a função social da propriedade	162
3.4.4	Semelhanças e diferenças entre a desapropriação judicial privada e o julgamento do caso da <i>Favela Pullman</i>	168
3.5	Da propriedade resolúvel. O enquadramento da propriedade fiduciária. Primeira abordagem	173
3.6	Da propriedade aparente	175

3.7	Formas de aquisição da propriedade imóvel. Formas originárias e derivadas	178
3.7.1	Das acessões naturais e artificiais	179
3.7.1.1	Da formação de ilhas	179
3.7.1.2	Da aluvião	182
3.7.1.3	Da avulsão	184
3.7.1.4	Do álveo abandonado	186
3.7.1.5	Das plantações e das construções	187
3.7.2	Da usucapião de bens imóveis	192
3.7.2.1	Aspectos materiais envolvendo a usucapião de bens imóveis. As modalidades de usucapião de imóvel admitidas pelo direito brasileiro	192
3.7.2.1.1	Da usucapião ordinária (art. 1.242 do CC) ...	199
3.7.2.1.2	Da usucapião extraordinária (art. 1.238 do CC)	201
3.7.2.1.3	Da usucapião constitucional, agrária ou especial rural – <i>pro labore</i> (art. 191, <i>caput</i> , da CF/1988; art. 1.239 do CC e Lei 6.969/1981)	202
3.7.2.1.4	Da usucapião constitucional ou especial urbana – <i>pro misero</i> (art. 183, <i>caput</i> , da CF/1988, art. 1.240 do CC e art. 9.º da Lei 10.257/2001). A inclusão da nova usucapião especial urbana por abandono do lar conjugal pela Lei 12.424/2011 (art. 1.240-A do CC)	206
3.7.2.1.5	Da usucapião especial urbana coletiva (art. 10 da Lei 10.257/2001)	212
3.7.2.1.6	Da usucapião especial indígena (art. 33 da Lei 6.001/1973)	215
3.7.2.1.7	Da usucapião imobiliária administrativa decorrente da legitimação da posse, anteriormente prevista no art. 60 da Lei 11.977/2009, e seu tratamento após a Lei 13.465/2017 (arts. 25 a 27)	216
3.7.2.2	Da usucapião de bens imóveis e o direito intertemporal	220
3.7.2.3	A usucapião de imóveis públicos	222
3.7.2.4	Aspectos processuais envolvendo a usucapião de bens imóveis. Da usucapião extrajudicial incluída pelo Código de Processo Civil de 2015. Análise com base nas alterações da Lei 13.465/2017	225
3.7.3	Do registro do título	236
3.7.4	Da sucessão hereditária de bens imóveis	239

3.8	Formas de aquisição da propriedade móvel. Formas originárias e derivadas	240
3.8.1	Da ocupação e do achado do tesouro (arts. 1.264 a 1.266 do CC), O estudo da descoberta (arts. 1.233 a 1.236 do CC)	241
3.8.2	Da usucapião de bens móveis (arts. 1.260 a 1.262 do CC). Aspectos materiais	246
3.8.3	Da especificação (arts. 1.269 a 1.271 do CC)	249
3.8.4	Da confusão, da comistão e da adjunção (arts. 1.272 a 1.274 do CC)	251
3.8.5	Da tradição	252
3.8.6	Da sucessão hereditária de bens móveis	256
3.9	Da perda da propriedade imóvel e móvel	256
3.10	Breve análise da Lei 13.465/2017 e suas principais repercussões para o direito de propriedade. A REURB e a legitimação fundiária	262
3.11	Resumo esquemático	270
3.12	Questões correlatas	272
	Gabarito	282
4.	DIREITO DE VIZINHANÇA	283
4.1	Conceito de direito de vizinhança	283
4.2	Do uso anormal da propriedade	286
4.3	Das árvores limítrofes	293
4.4	Da passagem forçada e da passagem de cabos e tubulações	295
4.5	Das águas	300
4.6	Dos limites entre prédios e do direito de tapagem	308
4.7	Do direito de construir	310
4.8	Resumo esquemático	319
4.9	Questões correlatas	320
	Gabarito	324
5.	DO CONDOMÍNIO	325
5.1	Introdução. conceito, estrutura jurídica e modalidades	325
5.2	Do condomínio voluntário ou convencional	329
5.2.1	Dos direitos e deveres dos condôminos	329
5.2.2	Da administração do condomínio voluntário	336
5.2.3	Da extinção do condomínio voluntário ou convencional. O direito de preferência tratado pelo art. 504 do Código Civil	339
5.3	Do condomínio legal ou necessário	349

5.4	Do condomínio edilício.....	352
5.4.1	Conceito e estrutura interna. Regras gerais básicas. A questão da natureza jurídica do condomínio edilício.....	352
5.4.2	Da instituição e da convenção do condomínio. O controle do conteúdo da convenção condominial.....	362
5.4.3	Direitos e deveres dos condôminos. Estudo das penalidades no condomínio edilício. O condômino antissocial.....	372
5.4.4	Da administração do condomínio edilício.....	395
5.4.4.1	O síndico.....	395
5.4.4.2	As assembleias (ordinária e extraordinária). Quóruns e deliberações.....	398
5.4.4.3	O conselho fiscal.....	402
5.4.5	Da extinção do condomínio edilício.....	403
5.5	Novas modalidades de condomínios instituídas pela Lei 13.465/2017. Condomínio de lotes e condomínio urbano simples.....	404
5.6	Resumo esquemático.....	410
5.7	Questões correlatas.....	410
	Gabarito.....	419
6.	DOS DIREITOS REAIS DE GOZO OU FRUIÇÃO.....	421
6.1	Generalidades sobre os direitos reais de gozo e fruição.....	421
6.2	Da superfície.....	423
6.2.1	Conceito, partes e estrutura. Código Civil de 2002 <i>versus</i> Estatuto da Cidade.....	423
6.2.2	Regras fundamentais a respeito do direito real de superfície.....	428
6.2.3	Da extinção do direito real de superfície e suas consequências.....	433
6.3	Das servidões.....	436
6.3.1	Conceito, características, constituição e institutos afins.....	436
6.3.2	Principais classificações das servidões.....	445
6.3.3	Do exercício das servidões.....	448
6.3.4	Da extinção da servidão.....	456
6.4	Do usufruto.....	460
6.4.1	Conceito, partes, estrutura interna e figuras afins.....	460
6.4.2	Principais classificações do usufruto.....	464
6.4.2.1	Classificação quanto ao modo de instituição ou quanto à origem.....	464
6.4.2.2	Classificação quanto ao objeto que recai.....	467
6.4.2.3	Classificação quanto à extensão.....	468
6.4.2.4	Classificação quanto à duração.....	470

6.4.3	Regras fundamentais relativas ao usufruto. A questão da inalienabilidade do direito real.....	470
6.4.4	Dos direitos e deveres do usufrutuário	473
6.4.5	Da extinção do usufruto.....	480
6.5	Do uso.....	487
6.6	Da habitação.....	490
6.7	Das concessões especiais de uso e para fins de moradia. Direitos reais de gozo ou fruição introduzidos pela Lei 11.481/2007 no CC/2002	494
6.8	Do direito real de laje.....	499
6.9	Da enfiteuse. Breves palavras.....	510
6.10	Resumo esquemático	515
6.11	Questões correlatas.....	517
	Gabarito.....	522
7.	DO DIREITO REAL DE AQUISIÇÃO. O COMPROMISSO IRRETRATÁVEL DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS.....	523
7.1	Primeiras palavras sobre o compromisso de compra e venda. Evolução histórica legislativa.....	523
7.2	Diferenças conceituais entre o compromisso de compra e venda registrado e não registrado na matrícula do imóvel.....	528
7.3	Requisitos de validade e fatores de eficácia do compromisso irretratável de compra e venda de imóvel	533
7.4	Inadimplemento das partes no compromisso irretratável de compra e venda de imóvel.....	536
7.4.1	Inadimplemento por parte do promitente vendedor.....	536
7.4.2	Inadimplemento por parte do compromissário comprador.....	541
7.5	Questões controvertidas atuais sobre o compromisso irretratável de compra e venda. Interações entre os direitos reais e pessoais. A Súmula 308 do Superior Tribunal de Justiça e suas decorrências. O “contrato de gaveta”. Outras questões atuais relativas à <i>crise</i> do mercado imobiliário	550
7.6	Resumo esquemático	557
7.7	Questões correlatas.....	558
	Gabarito.....	562
8.	DOS DIREITOS REAIS DE GARANTIA SOBRE COISA ALHEIA	563
8.1	Teoria geral dos direitos reais de garantia sobre coisa alheia.....	563
8.1.1	Regras gerais e características dos direitos reais de garantia sobre coisa alheia.....	563
8.1.2	Dos requisitos subjetivos, objetivos e formais dos direitos reais de garantia	569

8.1.3	A vedação do pacto comissório real e a polêmica sobre o pacto marciano	578
8.1.4	Direitos reais de garantia e vencimento antecipado da dívida	583
8.2	Do penhor	587
8.2.1	Conceito, partes e constituição	587
8.2.2	Dos direitos e deveres do credor pignoratício	588
8.2.3	Das modalidades de penhor	597
8.2.3.1	Do penhor legal	597
8.2.3.2	Do penhor convencional especial rural	604
8.2.3.2.1	Regras gerais	604
8.2.3.2.2	Do penhor agrícola	613
8.2.3.2.3	Do penhor pecuário	615
8.2.3.3	Do penhor convencional especial industrial e mercantil ...	617
8.2.3.4	Do penhor convencional especial de direitos e títulos de crédito	620
8.2.3.5	Do penhor convencional especial de veículos	626
8.2.4	Da extinção do penhor	629
8.3	Da hipoteca	633
8.3.1	Conceito, partes e constituição	633
8.3.2	Bens que podem ser hipotecados	639
8.3.3	Das modalidades de hipoteca	647
8.3.3.1	Da hipoteca convencional	647
8.3.3.2	Da hipoteca legal	647
8.3.3.3	Da hipoteca cedular	650
8.3.3.4	Da hipoteca judicial ou judiciária	651
8.3.4	Da possibilidade de alienação do bem hipotecado e suas consequências. Da sub-hipoteca	651
8.3.5	Da remição da hipoteca	657
8.3.6	Da perempção da hipoteca convencional	662
8.3.7	Da possibilidade de hipoteca sobre dívida futura ou condicional	664
8.3.8	Da divisão ou fracionamento da hipoteca	665
8.3.9	Da extinção da hipoteca	668
8.4	Da anticrese	673
8.4.1	Conceito, partes e estrutura	673
8.4.2	Regras fundamentais da anticrese	675
8.5	Resumo esquemático	676
8.6	Questões correlatas	677
	Gabarito	683

9. A ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA.....	687
9.1 Introdução. A propriedade fiduciária. Conceito, evolução legislativa e natureza jurídica.....	687
9.2 Regras da propriedade fiduciária no Código Civil de 2002.....	691
9.3 A alienação fiduciária de bens móveis. Regras previstas no Decreto-lei 911/1969. A questão da prisão civil do devedor fiduciante.....	705
9.4 A alienação fiduciária em garantia de bens imóveis. Regras previstas na Lei 9.514/1997.....	729
9.5 Resumo esquemático	746
9.6 Questões correlatas.....	748
Gabarito.....	751
 BIBLIOGRAFIA	 753

FLÁVIO TARTUCE

DIREITO CIVIL

DIREITO DAS SUCESSÕES

6



10.^a edição

Revista, atualizada e ampliada



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2017 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896

faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- A Editora Forense passou a publicar esta obra a partir da 9.ª edição.

- Capa: Danilo Oliveira

Foto: 123dartist/Shutterstock

- Fechamento desta edição: 11.11.2016

- CIP – Brasil. Catalogação na fonte.

Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

Tartuce, Flávio

Direito civil, v. 6: direito das sucessões / Flávio Tartuce – 10. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2017.

Bibliografia

ISBN 978-85-309-7318-6

1. Herança e sucessão. I. Título. II. Título: Sucessões.

07-0355.

CDU: 347.65(81)

SUMÁRIO

1. DIREITO DAS SUCESSÕES. CONCEITOS FUNDAMENTAIS E REGRAS GERAIS	1
1.1 Introdução. O direito das sucessões e seus fundamentos. A função social das heranças	1
1.2 Das modalidades gerais de sucessão <i>mortis causa</i> e suas premissas básicas	9
1.3 Do momento da abertura da sucessão. Modalidades de morte civil. O <i>droit de saisine</i> e suas consequências	10
1.4 Do local da abertura da sucessão	25
1.5 A aplicação das normas sucessórias no tempo. Preceitos fundamentais de direito intertemporal sucessório	29
1.6 Das modalidades de herdeiros no Código Civil brasileiro de 2002	32
1.7 Do conceito de herança. O espólio e a sua legitimidade processual	39
1.8 Da herança como bem imóvel e indivisível. A cessão de direitos hereditários	44
1.9 A responsabilidade dos herdeiros até as forças da herança. O art. 1.792 do Código Civil e a máxima <i>intra vires hereditatis</i>	52
1.10 Do prazo para abertura do inventário e para o seu encerramento. O administrador provisório do inventário	55
1.11 Da herança jacente e da herança vacante	60
1.12 Da vocação hereditária e os legitimados a suceder	68
1.13 Da aceitação e renúncia da herança	83
1.13.1 Conceitos básicos. A ideia de <i>delação sucessória</i>	83
1.13.2 Das regras específicas da aceitação ou adição da herança	84
1.13.3 Das regras específicas da renúncia à herança	87
1.13.4 Das regras comuns à aceitação e à renúncia à herança	96

1.14	Dos excluídos da sucessão. Indignidade sucessória e deserdação. Semelhanças e diferenças	100
1.14.1	Conceitos elementares	100
1.14.2	Das hipóteses legais de indignidade e de deserdação	102
1.14.3	Dos efeitos jurídicos da indignidade sucessória e da deserdação	111
1.15	Da ação de petição de herança	116
1.16	Resumo esquemático	129
1.17	Questões correlatas	133
	Gabarito	140
2.	DA SUCESSÃO LEGÍTIMA	141
2.1	Introdução. As relações de parentesco e a sucessão legítima	142
2.2	Panorama geral das inovações introduzidas pelo Código Civil de 2002 quanto à sucessão legítima	151
2.3	Da ordem de vocação hereditária do art. 1.829 do Código Civil. A introdução da concorrência sucessória do cônjuge no sistema sucessório nacional. Análise crítica	155
2.4	Da sucessão dos descendentes e a sua concorrência com o cônjuge. Análise das principais polêmicas. As controvérsias relativas à concorrência nos regimes da comunhão parcial e da separação de bens	163
2.5	Da reserva da quarta parte da herança para o cônjuge na concorrência com os descendentes. O problema da <i>concorrência híbrida</i> na sucessão do cônjuge com os descendentes	186
2.6	Da sucessão dos descendentes e do direito de representação	192
2.7	Da sucessão dos descendentes socioafetivos. Análise a partir da recente decisão do STF sobre o tema, em repercussão geral (recurso extraordinário 898.060/SC, julgado em 21 de setembro de 2016, publicado no seu <i>Informativo</i> n. 840)	196
2.8	Da sucessão dos ascendentes e a concorrência do cônjuge	210
2.9	Da sucessão do cônjuge, isoladamente. Do cônjuge como herdeiro de terceira classe	213
2.10	Das condições para o cônjuge herdar isoladamente ou em concorrência. O polêmico art. 1.830 do Código Civil. A herança do cônjuge e o casamento putativo	214
2.11	Do direito real de habitação como direito sucessório do cônjuge	222
2.12	Da sucessão dos colaterais. Do direito de representação transversal ...	234
2.13	Da sucessão do companheiro e suas controvérsias. A inconstitucionalidade do art. 1.790 do Código Civil, reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal e suas consequências	243
2.13.1	A sucessão do companheiro antes do Código Civil de 2002 ...	243

2.13.2	Do polêmico art. 1.790 do Código Civil. Visão geral até a declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal	247
2.13.3	Da sucessão do companheiro quanto aos bens adquiridos a título gratuito não havendo outros herdeiros. O cerne da inconstitucionalidade. O problema da concorrência com o Estado	261
2.13.4	Da concorrência do companheiro com os descendentes na <i>sucessão híbrida</i> . As teorias anteriores existentes e sua superação	263
2.13.5	Da hipótese de concorrência sucessória entre o cônjuge e o companheiro	270
2.13.6	Do direito real de habitação do companheiro	273
2.13.7	Os direitos sucessórios do concubino e o problema das uniões estáveis plúrimas	280
2.13.8	Das teses anteriores de inconstitucionalidade do art. 1.790 do Código Civil. O <i>estado da arte</i> na doutrina e na jurisprudência brasileira até a declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal	298
2.14	Análise de casos sucessórios concretos. Aprofundamento das regras da sucessão legítima	320
2.15	Resumo esquemático	331
2.16	Questões correlatas	335
	Gabarito	347
3.	DA SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA	349
3.1	Do conceito de testamento e seu conteúdo. Das dificuldades práticas de sua elaboração no Brasil	349
3.2	Das principais características do testamento	358
3.3	Regras fundamentais a respeito do testamento no Código Civil de 2002 e a capacidade de testar. O prazo para invalidar o testamento. Hipóteses de invalidez testamentária	360
3.4	Das modalidades ou formas de testamento	371
3.4.1	Primeiras palavras	371
3.4.2	Dos testamentos ordinários ou comuns	375
3.4.2.1	Do testamento público	375
3.4.2.2	Do testamento cerrado	391
3.4.2.3	Do testamento particular	397
3.4.3	Dos testamentos especiais	404
3.4.3.1	Do testamento marítimo e do testamento aeronáutico	404
3.4.3.2	Do testamento militar. O tratamento relativo ao testamento nuncupativo	409
3.4.4	Do denominado testamento vital ou biológico	413

3.5	Do codicilo	421
3.6	Das disposições testamentárias. Regras fundamentais a respeito da interpretação do testamento	426
3.7	Das cláusulas restritivas no testamento: inalienabilidade, incomunicabilidade e impenhorabilidade	440
3.8	Dos legados	461
3.8.1	Conceito e modalidades específicas	461
3.8.1.1	Do legado de coisa alheia	462
3.8.1.2	Do legado de coisa comum	463
3.8.1.3	Do legado de coisa genérica	464
3.8.1.4	Do legado de coisa singular	466
3.8.1.5	Do legado de coisa localizada	466
3.8.1.6	Do legado de crédito e de quitação de dívida	467
3.8.1.7	Do legado de alimentos	468
3.8.1.8	Do legado de usufruto	471
3.8.1.9	Do legado de imóvel	473
3.8.1.10	Do legado de dinheiro	475
3.8.1.11	Do legado alternativo	476
3.8.1.12	Do legado puro ou simples e o legado com elementos acidentais	477
3.8.2	Dos efeitos do legado e do seu pagamento	478
3.8.3	Da caducidade dos legados	482
3.8.4	Do direito de crescer entre herdeiros e legatários	489
3.9	Das substituições testamentárias	494
3.10	Da redução das disposições testamentárias	500
3.11	Da revogação do testamento	505
3.12	Do rompimento do testamento	507
3.13	Do testamenteiro	512
3.13.1	Conceito, natureza jurídica e modalidades	512
3.13.2	Principais atribuições e efeitos da testamentaria	515
3.14	Resumo esquemático	523
3.15	Questões correlatas	524
	Gabarito	531

4.	DO INVENTÁRIO E DA PARTILHA. VISÃO ATUALIZADA DIANTE DO NOVO CPC	533
4.1	Do inventário. Conceito e procedimentos	533

4.2	Das espécies de inventário e seus procedimentos	540
4.2.1	Inventário judicial	540
4.2.1.1	Inventário judicial pelo rito ou procedimento tradicional (inventário comum)	541
4.2.1.2	Inventário judicial pelo rito ou procedimento sumário	569
4.2.1.3	Inventário judicial pelo rito ou procedimento do arrolamento comum	572
4.2.2	Inventário extrajudicial ou por via administrativa	576
4.3	Da pena de sonegados	583
4.4	Do pagamento das dívidas	588
4.5	Da colação ou conferência e redução das doações inoficiosas	594
4.5.1	Colação	594
4.5.2	Redução das doações inoficiosas	605
4.6	Da partilha	609
4.6.1	Partilha amigável ou extrajudicial	610
4.6.2	Partilha judicial	612
4.6.3	Partilha em vida	618
4.7	Da garantia dos quinhões hereditários. A responsabilidade pela evicção	620
4.8	Da anulação, da rescisão e da nulidade da partilha	623
4.9	Dos pedidos de alvarás em inventário	626
4.10	Resumo esquemático	629
4.11	Questões correlatas.....	630
	Gabarito.....	635
	BIBLIOGRAFIA	637